



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E FISCALIZAÇÃO

**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE DISPONIBILIDADE
HÍDRICA E
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS
HÍDRICOS
PARA APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS**

1 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL / 1988

Art. 21 Compete à União:

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, permissão ou concessão, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético de cursos d'água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

XIX – instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direito de seu uso;

2 – LEI Nº 9.433 / 1997

Art. 12 - Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

...

IV – aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

...

3 – LEI Nº 9.984 / 2000

Art. 7º - Para licitar a concessão ou autorizar o uso de potencial de energia hidráulica em corpo de água de domínio da União, a ANEEL deverá promover, junto à ANA, a prévia obtenção de declaração de reserva de disponibilidade hídrica.

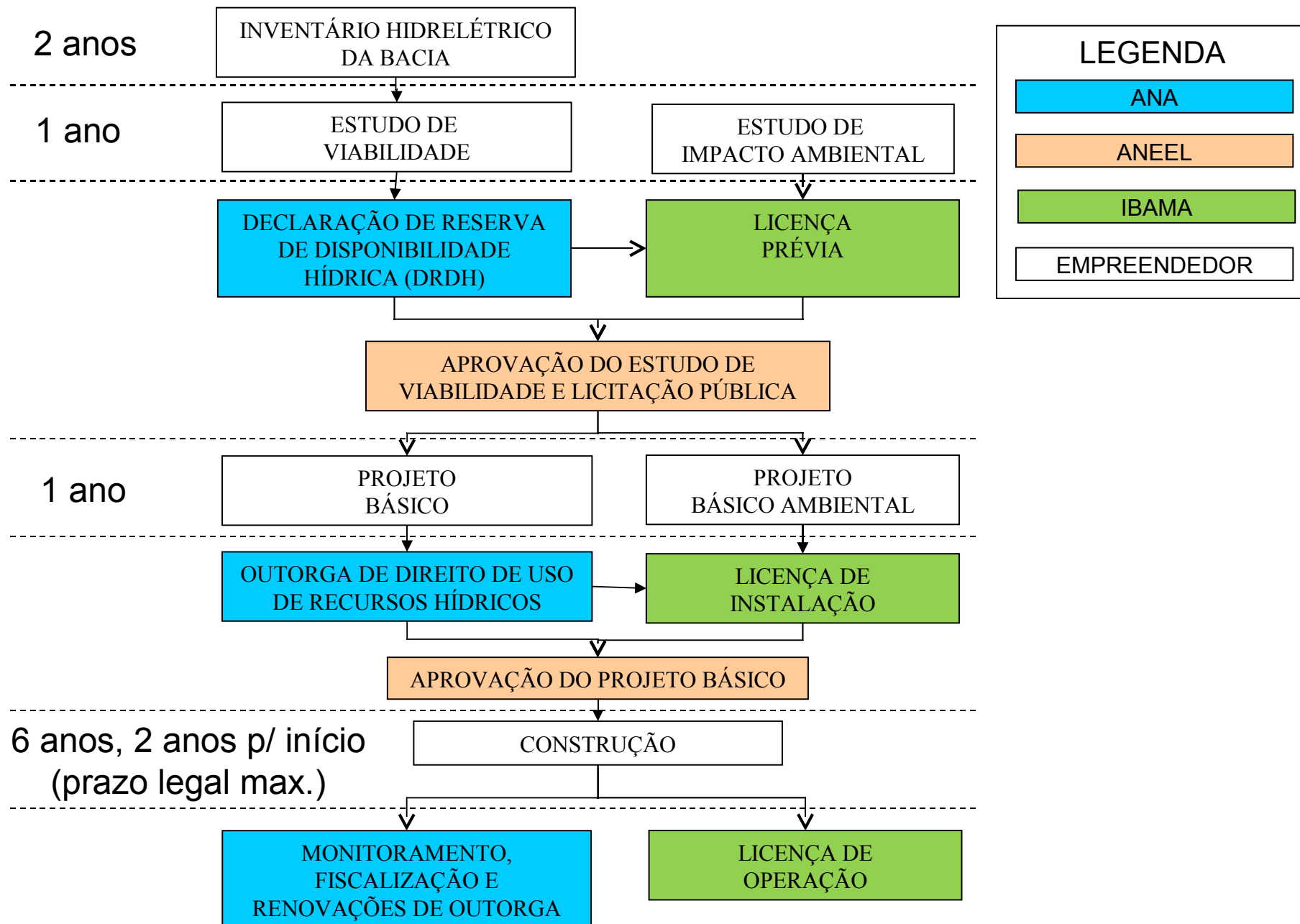
4 – DECRETO Nº 3.692 / 2000

Trata da Resolução conjunta ANA / ANEEL que regulamentaria procedimentos entre 19/12/2000 e 19/12/2002.

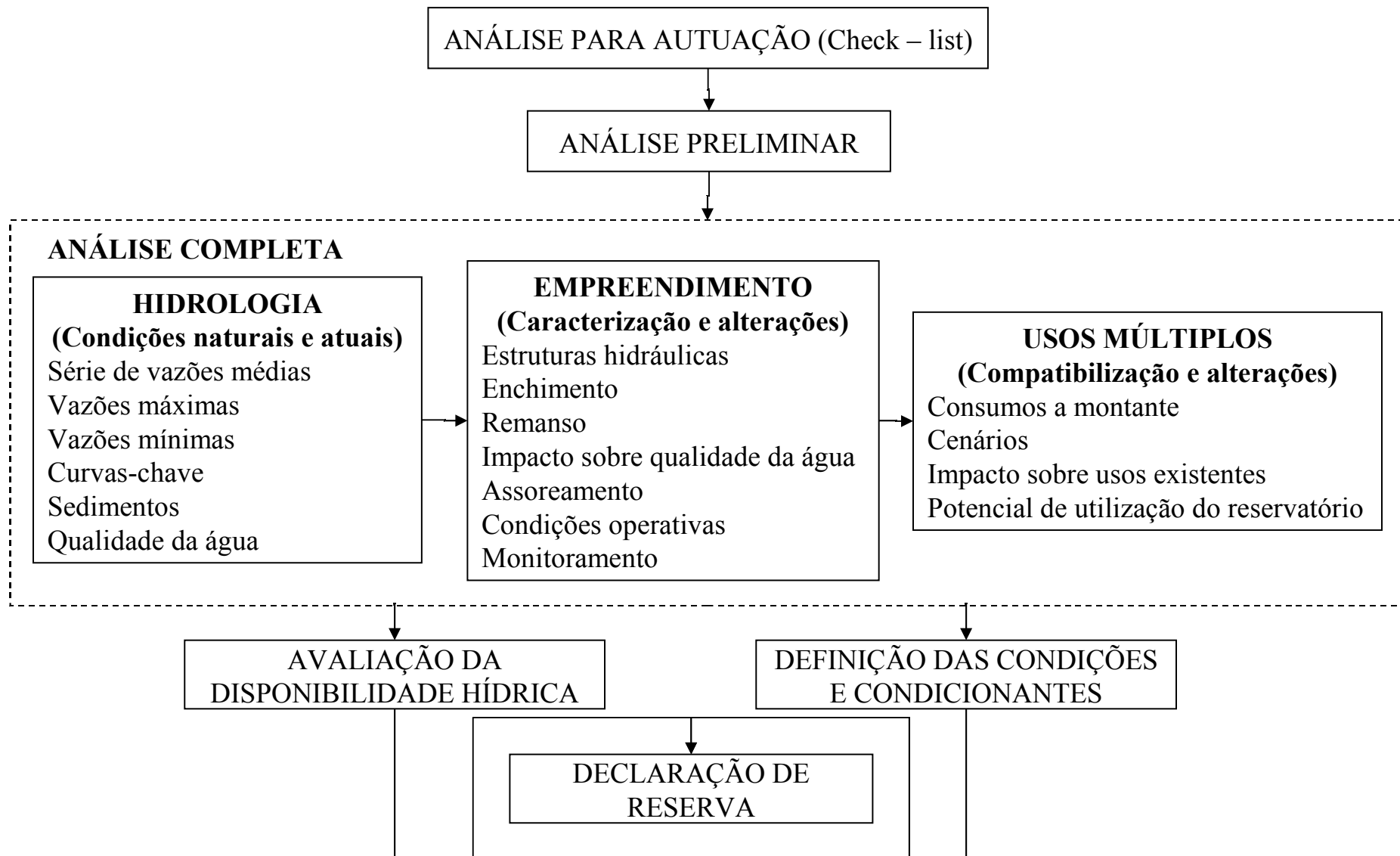
5 – RESOLUÇÃO ANA Nº 131 / 2003

Regulamenta procedimentos para emissão de declaração de reserva de disponibilidade hídrica para potenciais hidráulicos em **corpos d'água de domínio da União** e dispensa de outorga os aproveitamentos já autorizados ou concedidos pela ANEEL.

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS



A ANÁLISE TÉCNICA DA ANA



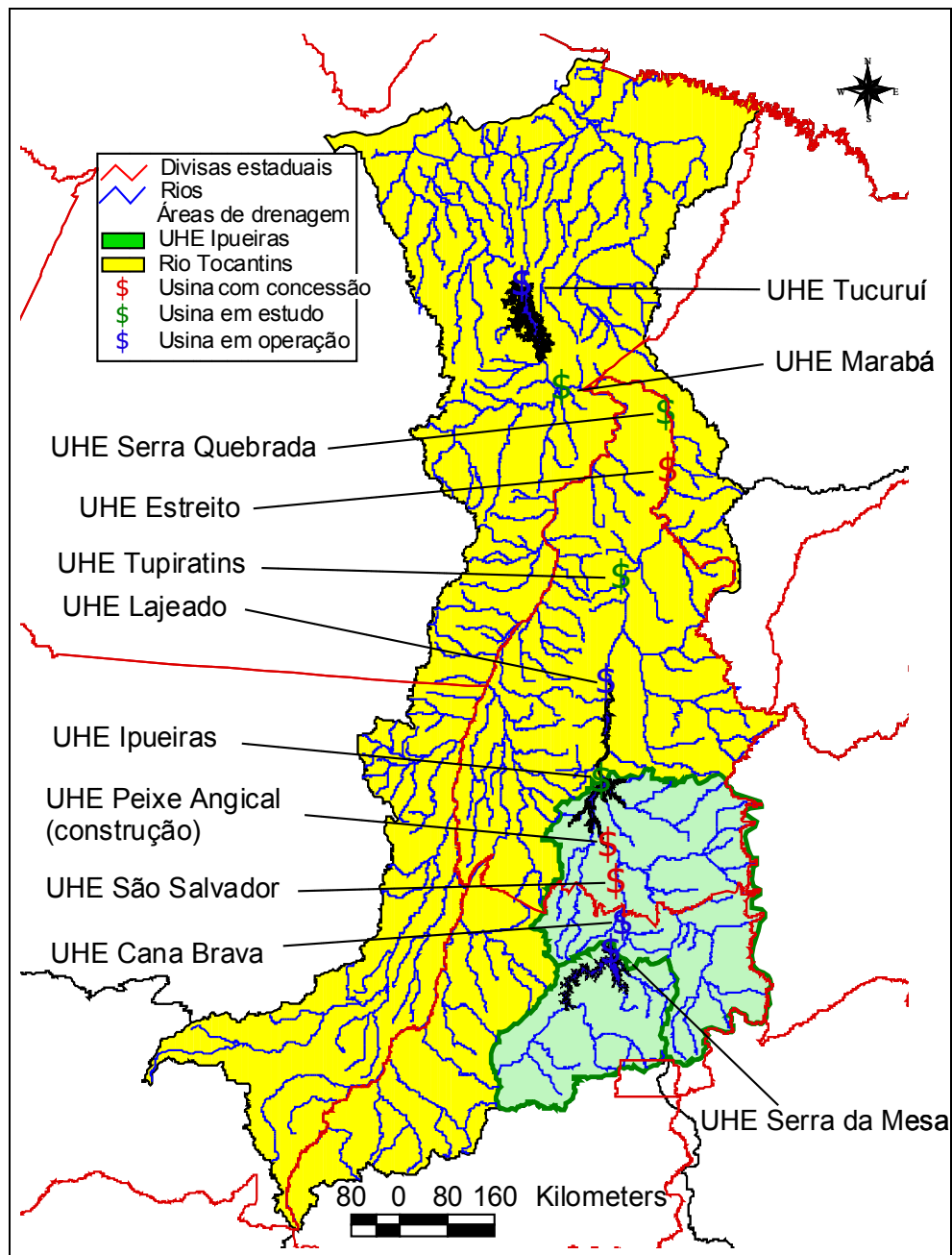
DEFINIÇÕES DA DRDH E DA OUTORGA

- 1 – Disponibilidade hídrica para geração de energia
 - Série de vazões naturais
 - Previsão de consumos a montante
- 2 – Características do empreendimento
 - Localização e dimensões
 - Capacidade das estruturas hidráulicas (vertedor, etc.)
- 3 – Condições gerais de operação
- 4 – Condições de monitoramento
- 5 – Estudos complementares necessários

EMPREENDEIMENTOS JÁ ANALISADOS (2003 A 2008)

Empreendimento	Potência (MW)	Rio	Bacia
PCH Santa Gabriela	24	Correntes	Paraguai
PCH Comendador Venâncio	3,8	Muriaé	Paraíba do Sul
PCH Piraju II	30	Paranapanema	Paranapanema
PCH Lavrinhas	30	Paraíba do Sul	Paraíba do Sul
PCH Queluz	30	Paraíba do Sul	Paraíba do Sul
PCH Rio do Braço	11,5	Rio do Braço	Paraíba do Sul
PCH Fazenda Santana	9,6	Rio do Braço	Paraíba do Sul
PCH Santa Rita	12	Araguaia	Tocantins
UHE Simplicio	334	Paraíba do Sul	Paraíba do Sul
UHE Dardanelos	261	Aripuanã	Madeira
UHE Batalha (Paulistas)	52,5	São Marcos	Paranaíba
UHE Baguari	140	Doce	Doce
UHE Ipueiras	480	Tocantins	Tocantins
UHE Baixo Iguaçu	350	Iguaçu	Iguaçu
UHE Cambuci	50	Paraíba do Sul	Paraíba do Sul
UHE Barra do Pomba	70	Paraíba do Sul	Paraíba do Sul
UHE Mascarenhas	198	Doce	Doce
UHE Santo Antônio	3.150	Madeira	Madeira
UHE Jirau	3.300	Madeira	Madeira

USINAS NA BACIA DO RIO TOCANTINS



Decreto de concessão: 26/11/2002

Contrato de concessão nº 94/2002: 27/12/2002

Outorga de direito de uso de recursos hídricos: abrigada no contrato de concessão, conforme entendimento da ANEEL (até 19/12/2002, a ANA não tinha atribuição para outorgar o direito de uso de recursos hídricos para aproveitamentos hidrelétricos)

Questionamentos da CTAP/CNRH: 6/11/2007

1 – A outorga da ANEEL teria caducado em face ao Art. 5º da Lei 9984/2000, uma vez que o início da obra se deu após 2 anos (em fevereiro de 2007)

Encaminhamento: a outorga está válida e em vigor; o eventual descumprimento de prazos não resulta em revogação automática da outorga, mas na aplicação de penalidades. A ANEEL foi oficiada sobre a inconformidade e informou que o atraso se deu em razão do licenciamento ambiental. Segundo relatório da ANEEL, as obras foram iniciadas em julho de 2007 (2,5 anos após o limite definido pela Lei 9.984/2000). A concessionária foi objeto de “advertência por escrito”, penalidade prevista na Lei nº 9.433, de 1997.

AHE ESTREITO



AHE ESTREITO



2 – A outorga deveria ser suspensa, uma vez que não há previsão de transporte aquaviário (Art. 15, inciso VI, Lei 9433/1997)

Encaminhamento: a outorga pode ser suspensa, apenas após análise técnica e deliberação da ANA; para tanto, foi solicitado o projeto básico à ANEEL, em 14/02/2008. Em resposta, encaminhada em 23/06/2008, a ANEEL informa que:

- No Edital da Licitação estava previsto que o estudo de viabilidade contemplava as projeções básicas de espera da eclusa, necessárias para viabilizar o futuro sistema de transposição de embarcações, a qualquer momento.
- Nos estudos de viabilidade, foram consideradas as dimensões da eclusa da UHE Lajeado, a montante.
- No projeto básico, foram adotadas as dimensões da eclusa da UHE Tucuruí, a jusante (comprimento de 220m; largura de 33m)

2 – A outorga deveria ser suspensa, uma vez que não há previsão de transporte aquaviário (Art. 15, inciso VI, Lei 9433/1997)

O contrato de concessão prevê que

*“A construção do **Aproveitamento Hidrelétrico** será efetuada de acordo com as características técnicas definidas nos Estudos de Viabilidade aprovados por meio do Despacho **ANEEL** no 142, de 18 de março de 2002, publicado no Diário Oficial de 19 de março de 2002 e a execução das obras deverá ocorrer conforme as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e outras aplicáveis.”*

- Solicitação de manifestação do MT realizada em





AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E FISCALIZAÇÃO

FIM

Alan Vaz Lopes

Gerência de Regulação

2109-5351

vazlopes@ana.gov.br